

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PRO-SCOLO Nº	546841/2006	63
DIVISÃO:	1.ª Divisão	Parecer Técnico DISAN 546841/2006
MAT.:	19/10/2006	Processo COPAM 044/1992/004/1992

PARECER TÉCNICO DISAN 546841/2006

Empreendedor: CUCO – Companhia Urbanizadora de Contagem	
Endereço: Av. João César de Oliveira, 2889	
Empreendimento: Canalização dos córregos Água Branca, Sarandi, João Gomes	
Localização: Av. Sarandi e João Gomes	Classe/Porte: DN 01/90: I/Pequeno
Atividade: Canal de Drenagem Urbana	DN 74/04:5/Grande
Município: Contagem	
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO AI Nº 194/1992	Infração: Gravíssima

HISTÓRICO

17-09-1992 realizada vistoria e lavrado o Auto de Infração nº 194/92.
09-10-1992 protocolada solicitação de cancelamento do AI.
10-11-1992 elaborado Parecer Técnico DICA 032/92 de defesa do AI.
11-11-1992 elaborado Parecer Técnico DICA 035/92 de LI.
04-12-1992 aplicada penalidade de multa pela CBH.
24-12-1992 protocolado o Pedido de Reconsideração da penalidade aplicada.
15-02-1993 realizada nova vistoria na área do empreendimento.
08-11-1993 realizada reunião para esclarecimentos dos processos da CUCO na FEAM.
08-07-1994 realizada nova reunião para esclarecimentos dos processos da CUCO na FEAM.

1 – INTRODUÇÃO

Em vistoria realizada ao local em 17-9-1992, constatou-se que a CUCO – Companhia Urbanizadora de Contagem, órgão da Prefeitura Municipal havia executado as obras de canalização dos córregos água Branca, Sarandi e João Gomes, sem a devida Licença de Instalação. Por esse motivo, com fundamento no artigo 19, § 2º, item 1 e no § 3º item 13 do Decreto 21.228 com nova redação do Decreto 32.566/91, foi lavrado o Auto de Infração nº 194/1992 contra a CUCO por *“instalar atividade efetivamente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Instalação; e realizar atividade que cause degradação ambiental mediante assoreamento de coleções de água ou erosão acelerada nas Unidades de Conservação”*.

Em 10-11-1992 foram emitidos Pareceres Técnico e Jurídico referente à análise da defesa apresentada pela CUCO. Remeteram-se os autos a Câmara de Bacias Hidrográficas do COPAM sugerindo a aplicação de multa.

A referida penalidade foi aplicada em 4-12-1992, tendo a CUCO apresentado o Pedido de Reconsideração em 24-12-1992.

Em 11-11-1992 foi elaborado Parecer Técnico DICA/035/92 de Licença de Instalação recomendando o indeferimento de acordo com a seguinte exposição:

- córrego Sarandi – trecho I e João Gomes, devem ser encaminhados para Licença de Operação;
- paralisação das obras do córrego Sarandi – trecho II, após a confluência com o córrego João Gomes e trecho entre a BR-040 e a confluência com o córrego João Gomes;
- orientação para Licença Prévia do córrego Santa Luzia, e
- apresentação de Plano de Recuperação das Áreas Degradadas.

Em reunião da Câmara de Bacias Hidrográficas do COPAM –CBH de 25-11-1992 indeferiu a Licença de Instalação conforme o referido Parecer Técnico.

Divisão de Saneamento - DISAN		Diretoria de Infra-Estrutura e de Licenciamento - DIRINF
Autora: Luiza Helena Pinto	Gerente: Denise Marília Bruschi	Diretor: José Flávio Mayrink Pereira
Assinatura: <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>	Assinatura: <i>[assinatura]</i>
Data: 19 / 10 / 2006	Data: 19 / 10 / 2006	Data: 23 / 10 / 06



2 - DISCUSSÃO

Em 24-12-1992, a CUCO protocolou o **Pedido de Reconsideração** requerendo o cancelamento da multa, alegando:

- que o § 2º do Art. 21 do Decreto 32.566/91, as multas poderão ter exigibilidade suspensa quando o infrator por termo de compromisso aprovado pelo Plenário ou pela Câmara Especializada que aplicou a penalidade se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a degradação ambiental;
- a CUCO contratou firma especializada para desenvolvimento de projetos para recuperação de áreas degradadas e encaminhados para licenciamento em janeiro 1993, e
- a CUCO estabeleceria junto à FEAM termo de compromisso para a correção da degradação ambiental, causada pelo assoreamento ou erosão de curso d'água.

3 – CONCLUSÃO

Conclui-se que as alegações apresentadas pela CUCO no pedido de reconsideração não descaracterizam a infração cometida pois, a mesma descumpriu a legislação ambiental vigente ao executar as obras de canalização dos córregos Água Branca, Sarandi e João Gomes sem a devida Licença de Instalação.

Diante do exposto, submetemos este parecer à apreciação da Câmara de Atividades de Infra-Estrutura – CIF/COPAM, ouvida a Procuradoria.

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTÓCOLO Nº	647859/06
DIVISÃO	PLO 14-12-06
MAT.:	—
VISTO:	Reffen

65
FL. Nº

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº 044/1992/004/1992

Ref: Pedido de Reconsideração relativo ao Auto de Infração nº 194/1992

Apresentado por: CUCO/Canalização dos Córregos Água Branca, Sarandi, João Gomes

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 – A empresa em epígrafe, teve 02 (duas) multas aplicadas no valor de Cr\$ 30.918.581,03 e Cr\$ 38.153.528,71, respectivamente, pela antiga Câmara de Bacias Hidrográficas do COPAM, em reunião do dia 25/11/1992, pelas seguintes irregularidades: *"Instalar atividade efetivamente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licença de Instalação; e realizar atividade que cause degradação ambiental mediante assoreamento de coleções de água ou erosão acelerada nas Unidades de Conservação."*, infrações tipificadas como grave e gravíssima.

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. A empresa foi devidamente notificada da decisão de aplicação da multa, através OF/SE/COPAM/DICOF/Nº1132/92, consoante o AR juntado aos autos. Tempestivamente, a empresa apresentou seu Pedido de Reconsideração, alegando que:

- contratou firma especializada para desenvolver projetos com o objetivo de recuperar as áreas consideradas degradadas;
- estabelecerá junto à FEAM prazos para conclusão das obras de recuperação ambiental.
- Requer assinatura do Termo de Compromisso.

3 - O Parecer Técnico de fls. 63 e 64 informa que as alegações apresentadas não descaracterizam a infração cometida, pois a empresa descumpriu a legislação ambiental vigente.

4 – Do ponto de vista jurídico, as alegações apresentadas não descaracterizam as infrações cometidas.

Quanto à celebração de Termo de Compromisso, esclarecemos que este instrumento não pode ser celebrado no caso da infração do art. 19, § 2º, item 1, pois trata-se de falta de licenciamento, e o § 5º, do art. 21, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, determina que a formalização do processo de licenciamento ambiental não poderá ser objeto de celebração e Termo de Compromisso.

No tocante à infração gravíssima (§ 3º item 13 – realização de atividade causadora de degradação ambiental mediante assoreamento de coleções de água ou erosão acelerada nas Unidades de Conservação), entendemos que a infração é passível da celebração de Termo de Compromisso. **Contudo, caberá a esta Câmara decidir se este instrumento**



poderá ou não ser celebrado, caso a área técnica (DISAN) exponha se ainda há alguma medida a ser tomada no local, que possa ser objeto de Termo de Compromisso.

II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, uma vez que a autuada não apresentou argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, e considerando a modificação do Decreto nº 39.424/98 com a redação dada pelo Decreto nº 43.127/02, que alterou os valores das multas aplicadas, correspondendo os valores de R\$ 3.193,36 (porte pequeno, infração grave), e R\$ 10.641,00 (porte pequeno, infração gravíssima), remetemos os autos à **CIF/COPAM, (no que se refere à infração gravíssima)**, e posteriormente, ao **Presidente da FEAM, (no que se refere à infração grave)** recomendando o **indeferimento do Pedido de Reconsideração, sendo mantidas as multas aplicadas.**

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2006.

Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG 87.973